

INICIAÇÃO
AO
DIREITO DO TRABALHO

AMAURI MASCARO NASCIMENTO — *Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Sócio fundador do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho. Acadêmico Titular da Cadeira n. 30 da Academia Paulista de Direito. Do Instituto de Direito Social. Do Instituto de Direito do Trabalho. Presidente Honorário da Academia Nacional de Direito do Trabalho. Do Instituto Latino-Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social. Do Centro Latino-Americano de Direito Processual do Trabalho. Professor Emérito e Aposentado Titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ex-conselheiro da OAB/SP. Juiz do Trabalho aposentado. Ex-promotor de Justiça. Membro da Academia Ibero-Americana de Direito do Trabalho e de Segurança Social. Diretor Jurídico do Sindicato das Sociedades de Advogados de São Paulo.*

SÔNIA MASCARO NASCIMENTO — *Mestre e Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo. Vice-Presidente do Instituto Latino-Americano de Derecho Laboral. Membro do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho. Advogada e Consultora Trabalhista. Diretora Acadêmica do Núcleo Mascaro — educação em direito. Ex-conselheira da OAB/SP. Ex-presidente da Comissão Trabalhista da OAB/SP. Ex-conselheira da Comissão de Prerrogativas da OAB/SP. Professora Universitária. Autora de diversos livros e artigos.*

1ª edição — 1973		21ª edição — 1995	2ª tiragem
2ª edição — 1974		22ª edição — 1996	
2ª edição — 1975	2ª tiragem	23ª edição — 1997	
2ª edição — 1977	3ª tiragem	23ª edição — 1997	2ª tiragem
4ª edição — 1979		24ª edição — 1998	
5ª edição — 1980		24ª edição — 1998	2ª tiragem
6ª edição — 1980		25ª edição — 1999	
7ª edição — 1981		25ª edição — 1999	2ª tiragem
8ª edição — 1982		26ª edição — 2000	
8ª edição — 1982	2ª tiragem	26ª edição — 2000	2ª tiragem
9ª edição — 1983		26ª edição — 2000	3ª tiragem
10ª edição — 1984		27ª edição — 2001	
11ª edição — 1985		27ª edição — 2001	2ª tiragem
12ª edição — 1986		27ª edição — 2001	3ª tiragem
13ª edição — 1987		28ª edição — 2002	
13ª edição — 1987	2ª tiragem	29ª edição — 2003	
13ª edição — 1988	3ª tiragem	29ª edição — 2003	2ª tiragem
14ª edição — 1989		30ª edição — 2004	
14ª edição — 1989	2ª tiragem	31ª edição — 2005	
14ª edição — 1989	3ª tiragem	32ª edição — 2006	
15ª edição — 1990		33ª edição — 2007	
15ª edição — 1990	2ª tiragem	34ª edição — 2009	
16ª edição — 1991		35ª edição — 2009	
17ª edição — 1991		35ª edição — 2010	
18ª edição — 1992		36ª edição — 2011	
18ª edição — 1992	2ª tiragem	36ª edição — 2011	2ª tiragem
18ª edição — 1992	3ª tiragem	37ª edição — 2012	
19ª edição — 1993		38ª edição — 2013	
20ª edição — 1993		39ª edição — 2014	
21ª edição — 1994		40ª edição — 2015	

AMAURI MASCARO NASCIMENTO

SÔNIA MASCARO NASCIMENTO

INICIAÇÃO
AO
DIREITO DO TRABALHO

40^a edição

LT[®]R



© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Fevereiro, 2015

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: R. P. TIEZZI
Projeto de Capa: FABIO GIGLIO
Impressão: PAULUS

Versão impressa — LTr 5221.9 — ISBN 978-85-361-3221-1
Versão e-book — LTr 8595.3 — ISBN 978-85-361-8316-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nascimento, Amauri Mascaro

Iniciação ao direito do trabalho / Amauri Mascaro Nascimento.
Sônia Mascaro Nascimento — 40. ed. — São Paulo : LTr, 2015.

Bibliografia

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho — Brasil I. Título.

15-00915

CDU-34:331

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito do trabalho 34:331

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Abreviaturas e Siglas.....	41
Apresentação	45

Primeira Parte **Suportes Históricos e Dogmáticos do Direito do Trabalho**

Capítulo I. História Geral do Direito do Trabalho

1. Sociedade pré-industrial.....	49
A — Escravidão.....	49
B — Corporações de ofício.....	49
C — Locação.....	50
2. Sociedade industrial e trabalho assalariado	50
A — Aspectos econômicos.....	50
B — Aspectos políticos.....	50
C — Aspectos jurídicos.....	51
D — A ideia de justiça social	51
3. Primeiras leis trabalhistas	51
A — Forma e fins.....	51
B — Constitucionalismo social.....	51
C — Constituição do México (1917).....	51
D — Constituição da Alemanha (1919).....	52
E — <i>Carta del Lavoro</i> (1927).....	52
F — Primeiros destinatários das leis trabalhistas	52
4. História contemporânea	52
5. A sociedade pós-industrial	53

6. O direito do trabalho do século XXI	54
7. Temas para pesquisa	55

Capítulo II. História do Direito do Trabalho no Brasil

1. Fatores influentes	56
A — Influências externas	56
B — Influências internas.....	56
2. Leis principais	56
A — Constituições brasileiras	56
B — Primeiras leis ordinárias	57
3. Consolidação das Leis do Trabalho — CLT	58
A — Características.....	58
B — Significado	58
4. Leis posteriores.....	58
5. Constituição de 1988.....	59
A — Assembleia Nacional Constituinte.....	59
B — Diretrizes	59
C — Regras gerais e específicas	60
D — Regulamentação	61
E — Desenvolvimento do direito coletivo	61
6. Efeitos do desemprego	61
7. Os três grupos de leis	63
8. As reformas do Governo Lula	64
9. O período posterior	64
10. Temas para pesquisa	65

Capítulo III. Definição do Direito do Trabalho, Divisão e Organização do Curso

1. Definições de direito do trabalho	66
A — Definições subjetivistas.....	66
B — Definições objetivistas	66
C — Definições mistas	66
D — Nossa definição.....	66
E — Conceito de direito e de direito do trabalho.....	67

2. Disciplinas do curso	71
A — Critérios	71
B — Divisão deste curso	71
3. Apreciações gerais	72
A — Introdução ao direito do trabalho	72
B — Direito internacional do trabalho	72
C — Direito individual do trabalho	73
D — Direito sindical ou coletivo	73
E — Direito público do trabalho	73
F — Direito processual do trabalho	73
G — Direito de seguridade social	73
4. Organização do curso	74
5. Temas para pesquisa	74

Capítulo IV. Função do Direito do Trabalho

1. O sistema de valores do direito do trabalho	76
A — Função tutelar	76
B — Função conservadora ou opressora do Estado	76
C — Função econômica	77
D — Função social	77
E — Função coordenadora	77
2. Flexibilização do direito do trabalho	77
3. Direito alternativo	79
4. Humanismo do direito do trabalho	79
5. Tendências	80
6. A defesa do emprego	81
7. A crise econômica e os despedimentos	82
8. O direito do trabalho como direito das condições de trabalho	83
9. Temas para pesquisa	86

Capítulo V. Natureza do Direito do Trabalho

1. Teorias	88
A — Direito público	88
B — Direito privado	88

C — Direito social	89
D — Direito misto	89
E — Direito unitário	90
2. Direito do trabalho como direito privado	90
3. Temas para pesquisa	90
<i>Capítulo VI. Ordenamento Jurídico</i>	
1. Conceito de ordenamento jurídico	92
2. Sistemas de relações de trabalho	93
A — Classificação	93
B — Concepções político-econômicas	93
C — Concepções jurídicas	93
D — O pluralismo do direito do trabalho	94
3. O Estado e as leis	94
A — Leis constitucionais	94
B — Proteção constitucional do trabalho	95
C — Trabalho como direito e como dever	96
D — Constituição e outras normas	96
E — Natureza normativa dos princípios constitucionais	96
F — Aplicação da Constituição	96
G — Princípios e normas da Constituição Federal de 1988	97
H — Leis ordinárias	98
I — Leis ordinárias comuns e especiais	99
J — Leis ordinárias dispositivas e proibitivas	99
K — Leis ordinárias subsidiárias	100
L — Poder Executivo e regulamentação das leis	100
4. Autonomia coletiva e negociações coletivas	101
A — Autonomia coletiva	101
B — Negociação coletiva	101
C — Contrato coletivo	102
D — Contrato coletivo substitutivo ou cumulativo	102
E — Convenção coletiva	102
F — Natureza normativa da convenção coletiva	102

G — Efeito cumulativo das convenções coletivas.....	103
H — Efeitos obrigacional e normativo da convenção coletiva	103
I — Acordo coletivo	103
J — Legitimação para acordo coletivo	103
K — Coexistência de acordo e de convenção coletiva	104
L — Pactos sociais.....	104
M — O poder sindical na formulação de normas trabalhistas.....	105
5. A empresa e o seu regulamento.....	107
A — Conceito de regulamento de empresa.....	107
B — Tipos de regulamentos de empresa	108
C — Características do direito brasileiro	108
6. Composição heterônoma dos conflitos e normas.....	109
A — Composição dos conflitos	109
B — Justiça do Trabalho.....	109
C — Jurisprudência	109
D — Poder normativo e sentenças normativas	110
E — Justiça Comum	111
F — Justiça Federal	111
G — Jurisprudência e lei.....	112
H — Técnicas de uniformização	112
I — Arbitragem e laudo arbitral	113
7. Usos e costumes.....	114
8. Perspectivas.....	115
9. Temas para pesquisa	116
 <i>Capítulo VII. Aplicação das Normas Jurídicas</i>	
1. Complexidade do ordenamento.....	118
A — Plurinormatividade	118
B — Unidade ou dualidade de ordenamentos	118
C — Coerência do ordenamento.....	118
2. Hierarquia.....	119
A — Escalonamento das normas.....	119
B — Princípio da norma favorável ao trabalhador	119
C — Derrogações ao princípio.....	120

3. Interpretação.....	120
A — O ato interpretativo	120
B — Teorias e técnicas do direito comum.....	121
C — Interpretação do direito do trabalho	122
D — Interpretação casuística.....	122
4. Integração das lacunas	122
A — Conceito	122
B — Analogia.....	122
C — Equidade.....	123
5. Eficácia da lei trabalhista.....	123
A — Aspectos	123
B — Eficácia no tempo.....	123
C — Irretroatividade.....	124
D — Efeito imediato.....	124
E — Eficácia no espaço	124
F — Princípio da territorialidade	124
G — Algumas leis	124
6. Temas para pesquisa	125

Capítulo VIII. Princípios do Direito do Trabalho

1. Noção de princípios jurídicos.....	126
A — Princípios como valores fundantes da ordem jurídica.....	126
B — Jusnaturalismo	127
C — Positivismo	127
D — Natureza jurídica dos princípios.....	127
E — A pessoa do trabalhador	127
F — Direitos de personalidade.....	128
G — Proibição de discriminação	129
H — Igualdade.....	130
I — Dignidade.....	131
J — Dano moral.....	131
K — Assédio moral	132
L — Assédio sexual	133
M — Meio ambiente do trabalho e a defesa da vida, saúde e integridade física do trabalhador	135

N — Proteção às pessoas com necessidades especiais.....	137
O — Proteção ao emprego	137
P — Proteção à remuneração.....	138
Q — Proteção ao descanso	138
R — Garantias coletivas	138
2. A lei trabalhista e a função dos princípios	138
A — A função integrativa dos princípios segundo a CLT	138
B — A função diretiva dos princípios.....	139
3. Princípios constitucionais do direito do trabalho.....	139
A — Princípios gerais do direito aplicáveis no direito do trabalho	139
B — Princípios específicos do direito do trabalho	141
4. A construção doutrinária	141
5. Temas para pesquisa	143

Capítulo IX. Âmbito de Aplicação

1. Âmbito pessoal.....	145
A — Empregados.....	146
B — Domésticos.....	146
C — Aprendizizes	146
D — Trabalhadores em domicílio	146
E — Avulsos.....	146
F — Temporários	147
2. Trabalhadores excluídos.....	147
3. Teletrabalho	148
4. Âmbito material.....	149
5. O enquadramento do microempreendedor individual	150
6. Tendências	150
7. Temas para pesquisa	151

Segunda Parte

Internacionalização do Direito do Trabalho

Capítulo I. Organizações, Normas e Direito Privado

1. Organização Internacional do Trabalho — OIT.....	155
---	-----

2. Tratados e convenções internacionais	155
A — Tratado	155
B — Convenção	156
C — Ratificação	156
D — Obrigatoriedade.....	156
3. Comunidades internacionais	156
A — União Europeia	156
B — Mercosul	158
4. Declarações internacionais.....	159
5. Direito internacional privado.....	160
6. Transformações	160
7. Temas para pesquisa	161

Terceira Parte

Direito Individual do Trabalho. Contrato de Trabalho

Capítulo I. Contratos de Trabalho e Relações de Trabalho

1. Conceito.....	165
2. Natureza jurídica	167
A — Teorias.....	167
B — Contratualismo.....	167
C — Anticontratualismo	167
D — Lei brasileira	168
E — Teoria da situação jurídica	168
F — Vínculo pessoal-obrigacional	169
3. Classificação	170
A — Forma	170
B — Prazo.....	171
C — Outros tipos	172
4. Diferença de outras figuras.....	172
A — Contratos de direito civil	172
B — Sociedade.....	173
C — Empreitada.....	173
D — Mandato	174

E — Prestação de serviços	174
F — Contrato de transporte	175
G — Contrato de agência ou distribuição	175
H — Representação comercial	175
I — Corretagem	176
J — Contrato de fornecimento	176
K — Administração	176
L — Cooperados	177
M — Arrendamento e parceria rural	178
5. Tendências	179
6. Temas para pesquisa	179

Capítulo II. Conceito de Empregado

1. Requisitos legais da definição de empregado	181
A — A lei	181
B — Pessoa física	181
C — Continuidade	181
D — Subordinação	181
E — Conceito de subordinação	182
F — Salário	183
G — Pessoalidade	184
H — Nossa definição	184
2. Diferença entre empregado e trabalhador autônomo	185
A — Importância da diferença	185
B — Elementos de diferenciação	185
3. Diferença entre empregado e trabalhador eventual	186
A — Teorias	186
B — Teoria do evento	186
C — Teoria dos fins	186
D — Teoria da descontinuidade	186
E — Teoria da fixação	186
4. Diferença entre empregado e trabalhador avulso	187
A — Conceito de avulso	187
B — Direitos	188
C — Trabalho portuário	188

5. Diferença entre empregado e trabalhador temporário	189
A — Definição de temporário	189
B — Trabalho temporário e por prazo determinado	190
C — Temporário e eventual	190
D — Agências de colocação	190
E — Locação permanente	190
6. Diferença entre empregado e estagiário	191
7. Trabalho voluntário	193
8. Transformações	193
9. Temas para pesquisa	193

Capítulo III. Tipos Especiais de Empregado

1. Empregado doméstico	195
2. Empregado rural	197
3. Empregado em domicílio e teletrabalho	198
A — Conceito de empregado em domicílio	198
B — Conceito de teletrabalho	199
C — Elementos do teletrabalho	200
D — Natureza do teletrabalho	200
4. Empregado aprendiz	200
5. O problema do diretor de sociedade	201
6. Empregado acionista	205
7. Empregado exercente de cargo de confiança	205
8. Mãe social	206
9. Novas figuras	207
10. A proteção do idoso	207
11. Temas para pesquisa	207

Capítulo IV. Trabalho da Mulher

1. Fundamentos da proteção especial	209
2. Capacidade para contratar trabalho	210
3. Igualdade salarial	210
4. Eliminação de proibições	210

5. Proteção à maternidade	211
6. Licença à mãe.....	212
7. Temas para pesquisa	213

Capítulo V. Trabalho do Menor

1. Fundamentos da proteção especial.....	214
2. A proteção legal ao menor no Brasil.....	215
3. Menor empregado	216
4. Menor aprendiz.....	216
5. Menor assistido	217
6. Primeiro emprego e Projovem.....	217
7. Tendências	219
8. Temas para pesquisa	219

Capítulo VI. Profissões com Normas Especiais

1. Enumeração	220
2. Órgãos profissionais de fiscalização	223
3. Apreciações gerais.....	225
4. Temas para pesquisa	225

Capítulo VII. Trabalho Rural

1. Natureza interdisciplinar do tema	226
2. Política agrícola, fundiária e reforma agrária.....	226
3. Política legislativa trabalhista.....	227
A — Sistemas jurídicos.....	227
B — Política legislativa no Brasil	227
C — Fontes formais	227
4. Conceito de trabalho rural, trabalhador e empregador rural	228
A — Trabalho rural	228
B — Trabalhador rural.....	228
C — Empregador rural	228
5. Direitos individuais do trabalhador rural.....	229
A — Direitos comuns aos do trabalhador urbano.....	229
B — Direitos específicos do trabalhador rural	230

6. Organização sindical rural.....	230
7. Principais questões jurídicas.....	231
A — Âmbito pessoal de aplicação da lei.....	231
B — Falsos contratos de direito civil.....	231
C — Prescrição.....	232
D — Contrato de safra.....	232
E — Mecanização da lavoura e desemprego.....	232
F — Tempo <i>in itinere</i>	232
G — Categorias diferenciadas.....	232
H — Chefe de família, mulher e filhos.....	232
I — Intermediação de mão de obra.....	233
J — Salário-utilidade.....	233
K — Cooperativa rural.....	233
L — Condomínio rural.....	233
M — Consórcio rural.....	233
8. Temas para pesquisa.....	234

Capítulo VIII. Conceito de Empregador

1. Definição da CLT.....	235
A — Empresa.....	235
B — Equiparações.....	236
2. Tipos de empregador.....	236
3. Responsabilidade do sócio e do administrador.....	237
4. Terceirização das atividades da empresa.....	238
5. Modificações.....	240
6. Temas para pesquisas.....	240

Capítulo IX. Grupo de Empresas

1. Conceito.....	242
2. Responsabilidade solidária.....	245
3. O problema do grupo de empresas como empregador único.....	245
A — Teorias da solidariedade ativa e passiva.....	245
B — Lei brasileira.....	245
4. Temas para pesquisa.....	246

Capítulo X. Poder de Direção do Empregador

1. Fundamentos e natureza	247
A — Fundamentos	247
B — Natureza	247
2. Poder de organização	248
A — Dimensões	248
B — Limitações	249
3. Poder de controle	249
4. Poder disciplinar	250
A — Teorias	250
B — Direito brasileiro	250
5. Temas para pesquisa	251

Capítulo XI. Sucessão de Empresas

1. Conceito	252
2. Fundamentos	252
3. Efeitos	253
4. Reformas	254
5. Temas para pesquisa	254

Capítulo XII. Alteração na Estrutura Jurídica da Empresa

1. Conceito	255
2. Efeitos	255
3. Temas para pesquisa	256

Quarta Parte

Formação e Desenvolvimento da Relação de Emprego

Capítulo I. Admissão de Empregado

1. Natureza e forma	259
A — Teoria subjetivista	259
B — Teoria objetivista	259
C — Ato-condição	259
D — Natureza contratual	260

E — Forma	260
F — Leis estrangeiras	260
2. Duração do contrato	261
3. Cabimento do contrato a prazo	262
A — Transitoriedade	262
B — Serviço transitório	262
C — Atividade empresarial transitória	262
D — Contrato de pessoal acima do número fixo	263
4. Contrato de experiência	264
A — Conceito	264
B — Natureza	264
5. Carteira de Trabalho e Previdência Social	265
A — Natureza	265
B — Obrigatoriedade	265
6. Registro	266
7. Problemas pré-contratuais	266
8. Capacidade do empregado e nulidade do contrato	267
A — Capacidade	267
B — Efeitos da incapacidade	267
9. Temas para pesquisa	268
 <i>Capítulo II. Alteração nas Condições de Trabalho</i>	
1. Conceito e tipos	270
2. Princípio legal da imodificabilidade	272
3. Princípio doutrinário do <i>jus variandi</i>	273
4. Temas para pesquisa	274
 <i>Capítulo III. Suspensão e Interrupção do Contrato</i>	
1. Conceito	275
A — Diferença entre as duas figuras	275
B — Desnecessidade da dupla denominação	275
2. Efeitos	276
A — Dificuldade de enquadramento	276
B — Enumeração de casos	276

3. Contratos a prazo	277
4. Dispensa do empregado	278
5. Hipóteses não previstas	278
6. Faltas ao serviço	279
7. Temas para pesquisa	280

Capítulo IV. Transferência de Empregado

1. Conceito legal de transferência.....	281
2. Transferências lícitas	282
A — Regras gerais	282
B — Empregados intransferíveis	282
C — Sustação de transferência	282
D — Transferência para outro país.....	282
3. Efeitos econômicos da transferência	283
4. Temas para pesquisa	284

Quinta Parte **Jornada, Repouso e Férias**

Capítulo I. Jornada de Trabalho, Denominação do Tema. Fontes Formais

1. Denominação do tema	287
2. Fontes constitucionais.....	288
3. CLT e legislação esparsa	288
A — Consolidação das Leis do Trabalho (1943)	288
B — Legislação esparsa	289
4. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.....	289
5. Papel das convenções coletivas	290
6. Temas para pesquisa	291

Capítulo II. Origens da Regulamentação Legal da Jornada de Trabalho

1. As primeiras leis sobre limitação da jornada no direito estrangeiro	292
2. A conquista da jornada de 8 horas	292
A — <i>Rerum Novarum</i>	292
B — Tratado de Versalhes	293

3. A evolução das leis no Brasil	293
4. Normas internacionais sobre jornada de trabalho e horas extras.....	294
5. Fatores que influíram nas transformações da política de jornada de trabalho	295
6. Temas para pesquisa	300

Capítulo III. Conceito de Jornada de Trabalho

1. Teoria do tempo efetivamente trabalhado.....	301
2. Teoria do tempo à disposição do empregador	301
3. Teoria do tempo <i>in itinere</i>	301
4. Posição do direito brasileiro	302
5. Crítica das teorias	303
6. Natureza das normas sobre jornada de trabalho.....	303
A — Natureza publicística	303
B — Natureza privatística	303
C — Natureza protecionista	304
D — Normas complexas.....	304
7. O problema da renúncia	304
8. Ônus da prova.....	304
9. Comissionista.....	305
10. Temas para pesquisa	305

Capítulo IV. Classificação da Jornada de Trabalho

1. Quanto à duração	306
2. Quanto ao período	306
3. Quanto à condição pessoal do trabalhador.....	307
4. Quanto à profissão	307
5. Quanto à remuneração.....	307
6. Quanto à rigidez do horário.....	307
7. Sobreaviso e prontidão	308
8. Revezamento.....	308
9. Tempo parcial.....	309
10. Temas para pesquisa	310

Capítulo V. Horas Extraordinárias: Fundamentos da Limitação da Jornada, Conceito e Classificação

1. Fundamentos da limitação da jornada	311
2. Conceito de horas extraordinárias.....	311
3. Classificação das horas extraordinárias.....	312
4. Temas para pesquisa	312

Capítulo VI. Acordo de Prorrogação de Horas

1. Conceito.....	313
2. Forma.....	313
3. Cabimento.....	313
4. Duração.....	314
5. Distrato	314
6. Efeitos	315
7. Denúncia	317
8. Casos especiais	317
9. Recusa do cumprimento do acordo pelo empregado	318
10. Temas para pesquisa	318

Capítulo VII. Sistema de Compensação de Horas

1. Conceito.....	320
2. Natureza das horas compensadas.....	322
3. Forma.....	323
4. Outros aspectos.....	323
5. Temas para pesquisa	324

Capítulo VIII. Horas Extras nos Casos de Força Maior

1. Conceito de força maior	325
2. Disciplina legal.....	325
3. Temas para pesquisa	326

Capítulo IX. Horas Extras para Conclusão de Serviços Inadiáveis

1. Conceito de serviços inadiáveis	327
2. Disciplina legal.....	327
3. Temas para pesquisa	328

Capítulo X. Horas Extras para Reposição de Paralisações

1. Fundamento legal.....	329
2. Disciplina jurídica	329
3. Temas para pesquisa	330

Capítulo XI. Empregados Excluídos da Proteção Legal da Jornada de Trabalho

1. Fundamento da exclusão e apreciação dos casos.....	331
2. Temas para pesquisa	332

Capítulo XII. Horas Extras Ilícitas. Natureza do Adicional de Horas Extras. Adicionais Legais Mínimos. Redução da Jornada com Diminuição do Salário. Intervalos

1. Horas extras ilícitas	333
2. Natureza do adicional de horas extras	334
A — Adicional salarial	334
B — Adicional e gratificação	334
C — Adicional e prêmio	334
3. Adicionais legais mínimos	335
4. Redução da jornada com diminuição do salário	335
5. Intervalos.....	335
6. Registro de horários.....	336
7. Temas para pesquisa	337

Capítulo XIII. Repouso Semanal Remunerado

1. Origens na história	338
2. Principais problemas jurídicos.....	340
3. Temas para pesquisa	341

Capítulo XIV. Férias

1. Origens na história	342
2. Princípios	343
3. Aquisição do direito.....	343
A — Período aquisitivo.....	343
B — Perda do direito.....	343
4. Duração.....	344

5. Concessão	344
A — Período concessivo	344
B — Fracionamento	344
C — Direito de coincidência	344
D — Designação	344
E — Comunicação.....	345
6. Remuneração	345
7. Abono de férias.....	345
8. Efeitos da extinção do contrato	346
A — Hipóteses.....	346
B — Férias vencidas	346
C — Férias proporcionais	346
9. Prescrição	347
10. Férias coletivas.....	348
A — Requisitos	348
B — Empregados com menos de 12 meses.....	348
11. Convenção n. 132 da OIT	348
12. Temas para pesquisa	350

Sexta Parte Salário

Capítulo I. Conceito de Salário

1. A linguagem da lei.....	355
2. Posição da CLT	355
A — Indicação de componentes	355
B — Definição no direito estrangeiro	355
C — Contraprestatividade e disponibilidade	356
D — Nossa definição.....	356
3. Diferença entre salário e outras figuras.....	357
A — Figuras próximas	357
B — Indenização.....	357
C — Benefícios previdenciários.....	357
D — Complementações previdenciárias.....	357

E — Recolhimentos parafiscais	357
F — Direitos intelectuais.....	357
4. Natureza da participação nos lucros	358
A — Teorias	358
B — Desvinculação do salário.....	359
C — Origens	359
D — Principais questões.....	359
5. Temas para pesquisa	362

Capítulo II. Formas de Pagamento do Salário

1. Salário por tempo.....	363
2. Salário por produção	363
3. Salário por tarefa.....	364
4. Temas para pesquisa	364

Capítulo III. Meios de Pagamento do Salário

1. Pagamento em dinheiro	365
2. Pagamento em cheque ou depósito bancário	365
3. Pagamento em utilidades	365
A — Conceito e limites.....	365
B — Utilidade salarial e não salarial.....	366
C — Vale-refeição	367
D — Vale-transporte	367
E — Clube de lazer	368
F — Escola gratuita para os filhos do empregado.....	368
G — Seguros	368
H — Transporte gratuito para o trabalho	369
I — Complementação de aposentadoria paga por entidade privada	369
J — Automóvel fornecido ao empregado.....	369
K — Habitação.....	369
L — Cessão de moradia e infraestrutura a trabalhador rural	369
M — Valor da utilidade.....	370
4. Temas para pesquisa	370

Capítulo IV. Regras Gerais de Proteção ao Salário

1. Periodicidade do pagamento	371
A — Dia do pagamento	371
B — Mora salarial	371
C — Pagamento em audiência	371
2. Prova de pagamento	372
3. Inalterabilidade	372
4. Irredutibilidade	372
5. Controle dos descontos	372
6. Impenhorabilidade	373
7. Temas para pesquisa	374

Capítulo V. Valor do Salário

1. Estipulação do valor	375
2. Salário mínimo	375
A — Conceito	375
B — Tipos	376
C — Princípios constitucionais	376
D — Salário mínimo e renda mínima	376
3. Salário profissional	377
A — Conceito	377
B — Diferença de salário mínimo	377
4. Piso salarial, salário normativo e salário da função	377
A — Piso salarial	377
B — Salário normativo	377
C — Salário da função	378
5. Transformações da legislação brasileira	378
A — Livre negociação	378
B — Leis de política salarial	378
6. Temas para pesquisa	379

Capítulo VI. Formas Especiais de Salário

1. Abonos	380
-----------------	-----

2. Adicionais	380
A — Conceito	380
B — Tipos	380
C — Adicional de horas extras	381
D — Adicional noturno	381
E — Adicional de insalubridade	381
F — Adicional de periculosidade	381
G — Adicional de transferência	382
3. Comissões	382
4. Gratificações	382
A — Conceito	382
B — Características do direito brasileiro	383
C — Classificação	384
D — Efeitos	385
5. Décimo terceiro salário	385
6. Gorjetas	386
7. Prêmios	386
A — Conceito e fundamento	386
B — Diferença de outras figuras	386
C — Classificação	386
8. Temas para pesquisa	387

Capítulo VII. Equiparação Salarial

1. Princípio da igualdade salarial	389
2. Requisitos da CLT para o direito à equiparação	390
3. Efeitos do quadro de carreira	391
4. Temas para pesquisas	392

Sétima Parte **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço**

Capítulo I. Conceito e Normas Aplicáveis

1. Conceito	395
A — Antecedentes	395
B — Objetivo	395

2. Normas aplicáveis	397
3. Depósitos, saques e principais problemas jurídicos.....	397
A — Depósitos.....	397
B — Saques	398
C — Principais problemas jurídicos	399
4. Temas para pesquisa	401

Oitava Parte

Fim do Contrato de Trabalho

Capítulo I. Extinção do Contrato de Trabalho

1. Apreciações gerais.....	405
2. Formas	406
3. Temas para pesquisa	407

Capítulo II. Dispensa do Empregado

1. Fundamentos e natureza jurídica	408
2. Tipos de dispensa	410
3. Verificações prévias à dispensa	410
4. Efeitos econômicos.....	411
5. Reformulações.....	412
6. Temas para pesquisa	412

Capítulo III. Estabilidade

1. Conceito.....	413
A — Conceito econômico	413
B — Conceito jurídico	413
C — Estabilidade e garantia de emprego	414
2. Evolução das leis.....	414
3. Classificação	416
A — Estabilidade geral.....	416
B — Estabilidade especial.....	416
C — Dirigente e representante sindical	416
D — Representante na CIPA	416

E — Acidentado.....	416
F — Representante em órgão colegiado	417
G — Gestante.....	417
H — Membros das Comissões de Conciliação Prévia	417
4. Questões sobre estabilidade especial	417
5. Temas para pesquisa	418

Capítulo IV. Dispensa Arbitrária ou sem Justa Causa

1. Noções introdutórias	420
A — Continuidade da relação de emprego	420
B — Dispensa arbitrária e justa causa.....	421
C — Sistemas de justa causa.....	421
D — Estrutura da justa causa	422
E — Forma da dispensa.....	423
F — Sindicância.....	423
G — Local do ato.....	423
H — Prazo para despedir	423
I — Culpa recíproca	423
2. Figuras de justa causa.....	423
A — Improbidade	423
B — Incontinência de conduta	423
C — Mau procedimento.....	423
D — Negociação habitual	424
E — Condenação criminal sem <i>sursis</i>	424
F — Desídia.....	424
G — Embriaguez.....	424
H — Violação de segredo.....	425
I — Indisciplina	425
J — Insubordinação	425
K — Abandono de emprego	425
L — Ato lesivo à honra e boa fama.....	425
M — Ofensa física	425
N — Prática constante de jogos de azar.....	426
O — Outras justas causas	426
3. Temas para pesquisa	426

Capítulo V. Outros Modos de Extinção do Contrato de Trabalho

1. Extinção por decisão do empregado	428
A — Formas	428
B — Demissão	428
C — Dispensa indireta	429
D — Aposentadoria espontânea	431
2. Extinção por iniciativa de ambos: acordo	432
3. Extinção por desaparecimento dos sujeitos	432
A — Morte do empregado	432
B — Morte do empregador	432
C — Extinção da empresa	433
4. Extinção dos contratos a prazo	433
A — Término do prazo	433
B — Rescisão antecipada	434
5. Homologação	434
A — Conceito	434
B — Prazos	434
C — Efeitos do descumprimento dos prazos	435
6. Quitação	435
7. Temas para pesquisa	436

Capítulo VI. Indenização de Dispensa do Empregado e Outras

1. Sistema legal	438
A — Da indenização ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	438
B — Indenização segundo a duração do contrato	439
2. Contratos a prazo indeterminado	439
3. Contratos a prazo	440
4. Teorias que fundamentam a indenização	440
A — Teoria do abuso de direito	440
B — Teoria do crédito	440
C — Teoria do risco	441
5. Indenização adicional	441
6. Indenização por dano moral, dano material e dano estético	442
7. Temas para pesquisa	445

Capítulo VII. Aviso-Prévio

1. Conceito e natureza jurídica	446
A — Origens	446
B — Tríplice dimensão.....	446
2. Cabimento.....	446
3. Forma	447
4. Efeitos da concessão e não concessão	447
A — Integração no tempo de serviço	447
B — Efeitos da integração.....	448
C — Consequências da não concessão.....	448
D — Natureza do pagamento.....	448
E — Reconsideração	449
F — Redução da jornada.....	449
G — Irrenunciabilidade	449
5. Duração.....	449
6. Aviso-prévio proporcional.....	449
7. Conceito	450
8. Temas para pesquisa	450

Nona Parte **Coletivização do Direito do Trabalho**

Capítulo I. Relações Coletivas de Trabalho

1. Relações de trabalho	455
A — Relações individuais e coletivas de trabalho.....	455
B — Sujeitos das relações coletivas	455
C — Coalizão	456
2. Reflexos jurídicos das relações coletivas de trabalho	456
A — Poder normativo dos grupos sociais	456
B — Interesse público e interesse coletivo	457
C — Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	457
3. Temas para pesquisa	458

Capítulo II. Liberdade Sindical: a Convenção n. 87 da Organização Internacional do Trabalho e a Legislação Brasileira

1. Dimensões do tema	459
----------------------------	-----

2. A Convenção n. 87 da OIT.....	459
A — Quatro garantias.....	459
B — Direito de fundação de sindicatos.....	459
C — Direito de administração de sindicatos	459
D — Direito de não intervenção do Estado.....	460
E — Direito de filiação.....	460
F — A legislação brasileira.....	460
3. Princípios sobre negociação coletiva	462
A — Poder de autorregulamentação.....	462
B — Funções da negociação coletiva.....	462
4. Princípios sobre greve	463
A — Greve como direito ou liberdade	463
B — Greve trabalhista e greve política.....	463
C — Teoria da liberdade	463
5. Fundamentos constitucionais do direito brasileiro	463
6. Observações	464
7. Temas para pesquisa	465

Capítulo III. Direito Sindical

1. Conceito.....	466
A — Direito sindical ou direito coletivo?.....	466
B — Acepções de direito sindical.....	466
2. História.....	468
A — <i>Trade unionism</i> (1720).....	468
B — Direito de organização	468
C — Primeiros sindicatos no Brasil.....	468
3. Âmbito do direito sindical	469
4. O direito sindical nas Constituições	469
A — Tipos de Constituições	469
5. O direito sindical nas leis infraconstitucionais.....	470
6. Tendências	471
7. Temas para pesquisa	471

Capítulo IV. Organização Sindical

1. Introdução.....	472
2. Modelo sindical brasileiro.....	472
A — Transformações	472
B — Conceito de categoria	473
C — Conceito de categoria profissional diferenciada.....	473
D — Dissociação de categorias	474
E — Entidades de grau superior	474
F — Membros da categoria e sócios do sindicato.....	474
3. Liberdade de organização.....	474
4. Tendências	475
5. Temas para pesquisa	476

Capítulo V. Conceito e Natureza Jurídica do Sindicato

1. Conceito.....	477
A — Origem da palavra “sindicato”	477
B — Definição de sindicato	477
2. Natureza jurídica	477
A — Sindicatos de fato e de direito.....	477
B — Sindicato como pessoa jurídica de direito privado.....	478
C — Teorias contratual, institucional e mista.....	478
3. Temas para pesquisa	479

Capítulo VI. Criação, Administração e Dissolução de Sindicatos

1. Criação.....	480
A — Aquisição da personalidade jurídica.....	480
B — Registro.....	481
C — Ministério do Trabalho e Emprego	481
2. Administração	483
A — Assembleia, conselho e diretoria	483
B — Eleições sindicais.....	483
C — Relações entre sindicato e Estado.....	484
D — Fontes de recursos financeiros	484
3. Dissolução	486

4. Mudanças.....	487
5. Tendências	487
6. Temas para pesquisa	487

Capítulo VII. Funções do Sindicato

1. Transformações.....	489
2. Apreciações gerais.....	490
3. Temas para pesquisa	490

Capítulo VIII. Entidades Sindicais de Grau Superior

1. Federações	491
2. Confederações	491
3. Centrais sindicais	492
4. Principais problemas jurídicos sobre centrais sindicais no Brasil	494
5. A legalização das centrais sindicais em 2008	496
6. Tendências	498
7. Temas para pesquisa	498

Capítulo IX. Representação dos Trabalhadores na Empresa

1. Origens.....	499
A — Representação sindical e não sindical	499
B — A OIT e a representação dos trabalhadores na empresa	499
C — Direito estrangeiro	500
D — Finalidades	501
E — Morfologia	501
F — Representação e participação	502
2. Direito brasileiro	502
A — Constituição de 1988.....	502
B — Representação geral e especial.....	503
C — O problema da estabilidade no emprego.....	503
D — Empresa e estabelecimento.....	503
E — Implicações.....	503
3. Tendências	504
4. Temas para pesquisa	504

Capítulo X. Conflitos Coletivos do Trabalho

1. Conceito e classificação	505
A — Conceito	505
B — Conflitos individuais e coletivos	505
C — Conflitos econômicos e jurídicos.....	506
2. Formas de composição	506
3. Temas para pesquisa	508

Capítulo XI. Negociação Coletiva

1. Negociação e direito do trabalho.....	509
2. Contrato individual de trabalho e negociação coletiva	510
3. Função da negociação coletiva	511
4. Etapas do procedimento de negociação	512
5. Níveis de negociação	513
6. Normas da Organização Internacional do Trabalho.....	514
7. Modelos jurídicos.....	515
8. A negociação e as Constituições.....	515
9. Outros aspectos jurídicos	515
10. Tendências	521
11. Temas para pesquisa	522

Capítulo XII. Instrumentos Normativos Negociados

1. Convenções e acordos coletivos.....	523
A — Convenções coletivas	523
B — Acordos coletivos	524
C — Problemas jurídicos.....	524
2. Efeitos das cláusulas dos instrumentos normativos	524
A — Efeito obrigacional	524
B — Efeito normativo.....	525
C — Incorporação das cláusulas no contrato individual	525
3. Contrato coletivo de trabalho	526
4. Tendências	526
5. Temas para pesquisa	527

Capítulo XIII. A Greve no Direito do Trabalho

1. Conceito.....	528
2. Greve e outros atos coletivos de conflito	528
A — Boicotagem.....	528
B — Sabotagem.....	528
C — Piquetes	529
D — Ocupação de estabelecimento	529
E — Braços cruzados.....	529
3. Natureza jurídica	529
A — Quanto ao direito positivo.....	529
B — Quanto aos efeitos sobre o contrato de trabalho	529
4. Fundamentos.....	530
5. Temas para pesquisa	530

Capítulo XIV. A Greve no Direito Brasileiro

1. Conceito legal de greve	531
A — Constituições de 1937 a 1988.....	531
B — Leis ordinárias	531
2. Procedimento de greve.....	532
A — Fase preparatória	532
B — Assembleia sindical.....	532
C — Aviso-prévio.....	532
3. Garantias dos grevistas.....	532
4. Manutenção dos equipamentos.....	533
5. Serviços essenciais	533
6. Abuso de direito	533
7. Locaute	534
8. Serviço público	534
9. Temas para pesquisa	534

Décima Parte **Ministério do Trabalho e Emprego**

Capítulo I. Estrutura, Fiscalização e Atividades

1. Estrutura.....	537
-------------------	-----

2. Fiscalização	537
3. Atividades	539
4. Temas para pesquisa	540

Décima Primeira Parte Direito Processual do Trabalho

Capítulo I. Solução Estatal dos Conflitos: Direito Processual do Trabalho

1. Sistemas de solução dos conflitos	543
2. Vantagens e desvantagens do sistema jurisdicional	543
3. Substituição da autodefesa pelo processo	544
4. Solução não estatal dos conflitos: Comissões de Conciliação Prévia	544
5. A mediação e a arbitragem	546
6. Temas para pesquisa	547

Capítulo II. Organização da Justiça do Trabalho

1. Características gerais	548
2. Órgãos	549
3. Jurisdição	550
4. Pessoal	550
5. Procuradoria	551
6. Modificações	551
7. Temas para pesquisa	552

Capítulo III. Competência da Justiça do Trabalho

1. Competência em razão da matéria	553
2. Competência territorial	554
3. Alterações	555
4. Temas para pesquisa	555

Capítulo IV. Dissídios Individuais

1. Conceito	556
2. Procedimento	557
A — Postulação	557
B — Audiência	558

3. Rito sumário	559
4. Procedimento sumariíssimo	559
5. Inquérito judicial para apuração de falta grave	560
6. Mudanças.....	560
7. Temas para pesquisa	560

Capítulo V. Dissídios Coletivos

1. Conceito.....	562
2. Competência	562
3. Procedimento	563
4. Sentenças normativas.....	563
5. O problema do poder normativo da Justiça do Trabalho.....	564
6. Temas para pesquisa	565

Capítulo VI. Execução

1. Conceito.....	566
2. Procedimento	566
A — Títulos exequíveis	566
B — Modalidades de execução	567
C — Rito	567
D — Penhora e avaliação	567
E — Praça	567
F — Liquidação da sentença	567
3. Temas para pesquisa	568

Capítulo VII. Recursos

1. Conceito.....	569
2. Modalidades.....	569
A — Recurso ordinário	569
B — Recurso de revista	569
C — Recurso extraordinário	570
D — Agravo de petição.....	570
E — Agravo de instrumento.....	571
F — Embargos para a SDI (Seção de Dissídios Individuais) e SDC (Seção de Dissídios Coletivos)	571

G — Embargos declaratórios.....	571
H — Agravo regimental	572
3. Outros meios de impugnação	572
A — Revisão do valor da causa	572
B — Correção parcial	572
4. Temas para pesquisa	573

Décima Segunda Parte **Responsabilidade Penal**

Capítulo I. Fontes Formais, Código Penal e Outras Fontes

1. Fontes formais.....	577
2. Código Penal	578
3. Outras fontes	579
4. Temas para pesquisa	580

Décima Terceira Parte **Seguridade Social**

Capítulo I. Evolução Histórica

1. História universal	583
2. História local.....	584
3. Temas para pesquisa	586

Capítulo II. Do Seguro Privado para o Seguro Social. A Assistência, a Previdência e a Seguridade Social

1. O seguro	587
2. Assistência e previdência	587
3. A concepção abrangente.....	588
4. Temas para pesquisa	589

Capítulo III. Seguridade como Princípio Social

1. Seguridade ou segurança?	590
2. Direito estrangeiro.....	590
3. Direito internacional	590
4. O princípio da segurança social.....	591
5. Temas para pesquisa	591

Capítulo IV. Características Gerais

1. Sistemas de financiamento dos benefícios	592
2. Plano de custeio	592
3. Sistemas de custeio	593
4. Contingências.....	593
5. Tipos de benefícios	593
6. Seguridade complementar.....	593
7. A Constituição brasileira de 1988	594
8. A reforma de 1998.....	594
9. Temas para pesquisa	595

Capítulo V. Custeio do Sistema

1. Fontes	596
2. Receita	596
3. Temas para pesquisa	597

Capítulo VI. Beneficiários da Previdência Social

1. Segurados	598
2. Dependentes	599
3. Temas para pesquisa	599

Capítulo VII. Benefícios da Previdência Social

1. Conceito.....	600
2. Classificação	600
3. Temas para pesquisa	601

Capítulo VIII. Acidentes do Trabalho: Caracterização e Responsabilidades

1. Conceito.....	602
2. Auxílio-acidente	604
3. Integração dos acidentes na previdência social	604
4. Indenização acidentária e indenização civil	605
5. Temas para pesquisa	606

Bibliografia	607
---------------------------	------------

ABREVIATURAS E SIGLAS

Ac.	—	Acórdão
ADIn	—	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AI	—	Agravo de Instrumento
AP	—	Agravo de Petição
CAGED	—	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	—	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	—	Código Civil
CCOO	—	Comissões Obreiras
CCQ	—	Círculo de Controle de Qualidade
CF	—	Constituição Federal
CFDT	—	<i>Confédération Française Démocratique des Travailleurs Chrétiens</i>
CGC	—	Cadastro Geral de Contribuintes
CGIL	—	<i>Confederazione Generale Italiana del Lavoratori</i>
CGT	—	<i>Confédération Générale du Travail</i> ; Confederação Geral dos Trabalhadores; Comando Geral dos Trabalhadores; Central Geral dos Trabalhadores
CIPA	—	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CIST	—	<i>Confederazione Italiana Sindacati dei Lavoratori</i>
CLPS	—	Consolidação das Leis de Previdência Social
CLT	—	Consolidação das Leis do Trabalho
CNT	—	<i>Confederación Nacional de Trabajadores</i>
COB	—	Central Obreira Boliviana
CODEFAT	—	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONCLAT	—	Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCLAT	—	Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CP	—	Código Penal
CROC	—	Confederação Revolucionária de Obreiros e Camponeses
CROM	—	Confederação Regional dos Obreiros Mexicanos
CRPS	—	Conselho de Recursos da Previdência Social
CTM	—	Confederação dos Trabalhadores no México
CUT	—	Central Única de Trabalhadores
DATAPREV	—	Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social
DC	—	Dissídio Coletivo

Decreto	—	Decreto
Decreto-lei	—	Decreto-lei
DGB	—	<i>Deutscher Gewerkschafts-Bund</i>
DIEESE	—	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DJU	—	Diário da Justiça da União
DRT	—	Delegacia Regional do Trabalho
EC	—	Emenda Constitucional
ELAS-SVT	—	Solidariedade dos Trabalhadores Bascos
En.	—	Enunciado
ENAMAT	—	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho
FAT	—	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	—	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FLPS	—	Fundo de Liquidez da Previdência Social
FUNABEM	—	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
GM	—	Gabinete do Ministro
IAPAS	—	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPB	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
IAPETEC	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas
IAPI	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPM	—	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
INPS	—	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	—	Instituto Nacional do Seguro Social
INTG	—	Intersindical Galega
JRPS	—	Junta de Recursos da Previdência Social
JT	—	Justiça do Trabalho
LBA	—	Legião Brasileira de Assistência
LOSS	—	Lei Orgânica da Seguridade Social
MP	—	Medida Provisória
MTE	—	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	—	Ordem dos Advogados do Brasil
OGMO	—	Órgão Gestor de Mão de Obra
OIT	—	Organização Internacional do Trabalho
OJ	—	Orientação Jurisprudencial
PASEP	—	Programa de Assistência ao Servidor Público
PAT	—	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBPS	—	Planos de Benefícios da Previdência Social
PIS	—	Programa de Integração Social
PIT	—	Plenário Internacional de Trabalhadores
POS	—	Portaria Ordem de Serviço
PUA	—	Pacto de Unidade de Ação
RAIS	—	Relação Anual de Informações Sociais
RBPS	—	Regulamento de Benefícios da Previdência Social
RO	—	Recurso Ordinário

RODC	—	Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo
RR	—	Recurso de Revista
SBDI	—	Subseção Especializada em Dissídios Individuais
SDC	—	Seção de Dissídios Coletivos
SDI	—	Seção de Dissídios Individuais
SENAC	—	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	—	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINPAS	—	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SOC	—	Solidariedade dos Operários Catalões
STF	—	Supremo Tribunal Federal
STJ	—	Superior Tribunal de Justiça
STST	—	Súmula do Tribunal Superior do Trabalho
TFR	—	Tribunal Federal de Recursos
TP	—	Tribunal Pleno
TRT	—	Tribunal Regional do Trabalho
TST	—	Tribunal Superior do Trabalho
TUC	—	<i>Trade Unions Congress</i>
UGT	—	União Geral dos Trabalhadores
UIL	—	<i>Unione Italiana dei Lavoratori</i>

APRESENTAÇÃO

Várias novidades foram incluídas nesta edição. A primeira delas é que o trabalho conjunto passará, doravante, a ser desenvolvido com a advogada e professora Sônia Mascaro Nascimento e pelo advogado Marcelo Mascaro Nascimento, ambos filhos do saudoso professor Amauri Mascaro Nascimento. A segunda é a inclusão de determinados temas como o dano estético, o trabalho doméstico de acordo com a nova legislação, as responsabilidades no acidente de trabalho e na doença ocupacional, a mediação e a arbitragem, as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho e as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.

Nesta edição, foram feitas também as principais atualizações e as modificações quanto aos temas das indenizações por danos morais e materiais, direitos de personalidade e dano moral, assédio moral e sexual, trabalhadores excluídos do âmbito da CLT, teletrabalho, empregado em domicílio, igualdade salarial, proteção à maternidade, licença-mãe, efeitos da suspensão e interrupção do contrato, jurisprudência do TST em Jornada de Trabalho, teoria do tempo *in itinere*, sistema de compensação de horas, estabilidade especiais, pessoal na Organização da Justiça do Trabalho, competência em razão da matéria decorrente dos acidentes de trabalho, dentre outras. Também, há a distribuição dos temas em capítulos e itens, de modo a atender, da forma que julgamos a melhor possível, aos seus fins didáticos.

Reiteramos os nossos agradecimentos pela demonstração inequívoca da sua ampla aceitação há tantos anos nos meios universitários, sindicais e empresariais.

Inicialmente, esta obra foi concebida como simples manual para alunos de cursos nos quais é ministrada a disciplina de Direito do Trabalho. Com o decorrer do tempo, passou a ser consultada por profissionais especializados, nas empresas, nos sindicatos e não somente por estudantes, o que nos levou a ampliar os temas e a aprofundar as suas explicações, sem perda do sentido principal que nos orienta, ou seja, a análise didática do Direito do Trabalho e a sua sistematização jurídica, segundo uma linha de exposição que tenta acompanhar as transformações pelas quais as relações de trabalho passam no Brasil e no mundo.

As mais recentes mudanças introduzidas no Direito do Trabalho foram também explicadas, como o teletrabalho, a Lei Biagi da Itália, o Estatuto do Trabalho Autônomo da Espanha, de 2007, e os conceitos que se afirmam, cada vez mais, em nosso âmbito de conhecimento, e que não podem ser desconhecidos.

Agradecemos as sugestões enviadas à LTr Editora por professores e alunos das Faculdades de Direito, todas com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais a qualidade dos textos deste livro. São bem-vindas e ficamos gratos a todos que se ocuparam das mesmas.

Janeiro de 2015

Os Autores

PRIMEIRA PARTE

SUPORTES HISTÓRICOS E DOGMÁTICOS DO DIREITO DO TRABALHO

História Geral do Direito do Trabalho

1. Sociedade pré-industrial

A — ESCRAVIDÃO. Na sociedade pré-industrial, não há um sistema de normas jurídicas de direito do trabalho.

Predominou a escravidão, que fez do trabalhador simplesmente uma *coisa*, sem possibilidade sequer de se equiparar a sujeito de direito. O escravo não tinha, pela sua condição, direitos trabalhistas.

Não diferiu muito a servidão, uma vez que, embora recebendo certa proteção militar e política prestada pelo senhor feudal dono das terras, os trabalhadores também não tinham uma condição livre. Eram obrigados a trabalhar nas terras pertencentes aos seus senhores. Camponeses presos às glebas que cultivavam, pesava-lhes a obrigação de entregar parte da produção rural como preço pela fixação na terra e pela defesa que recebiam.

B — CORPORAÇÕES DE OFÍCIO. Com as corporações de ofício da Idade Média, as características das relações de trabalho ainda não permitiram a existência de uma ordem jurídica nos moldes com que mais tarde surgiria o direito do trabalho. Houve, no entanto, uma transformação: a maior liberdade do trabalhador. Nas corporações de artesãos, agrupavam-se todos os artesãos do mesmo ramo em uma localidade. Cada corporação tinha um estatuto com algumas normas disciplinando as relações de trabalho. Havia três categorias de membros das corporações: os mestres, os companheiros e os aprendizes.

Os mestres eram os proprietários de oficinas, que chegavam a essa condição depois de aprovados, segundo os regulamentos da corporação, na confecção de uma “obra mestra”. Equivalem aos empregadores de hoje. Os companheiros eram trabalhadores livres que ganhavam salários dos mestres. Os aprendizes eram menores que recebiam dos mestres os ensinamentos metódicos de um ofício ou profissão. A clientela das oficinas eram os poucos habitantes de uma cidade e de seus arredores. As corporações mantinham com os trabalhadores uma relação de tipo

bastante autoritário e que se destinava mais à realização dos seus interesses do que à proteção dos trabalhadores.

C — LOCAÇÃO. Acrescente-se, ainda, na sociedade pré-industrial, outro tipo de relação de trabalho, a locação, desdobrando-se em dois tipos: a locação de serviços — *locatio operarum*, contrato pelo qual uma pessoa se obriga a prestar serviços durante certo tempo a outra mediante remuneração — e a locação de obra ou empreitada — *locatio operis faciendi*, que é o contrato pelo qual alguém se obriga a executar uma obra a outra pessoa mediante remuneração. A locação de serviços é apontada como precedente da relação de emprego moderna, objeto do direito do trabalho.

2. Sociedade industrial e trabalho assalariado

A — ASPECTOS ECONÔMICOS. O direito do trabalho nasce com a sociedade industrial e o trabalho assalariado.

As razões que determinaram o seu aparecimento são econômicas, políticas e jurídicas.

A principal causa econômica foi a Revolução Industrial do século XVIII, conjunto de transformações decorrentes da descoberta do vapor como fonte de energia e da sua aplicação nas fábricas e meios de transportes. Com a expansão da indústria e do comércio, houve a substituição do trabalho escravo, servil e corporativo pelo trabalho assalariado em larga escala, do mesmo modo que a manufatura cedeu lugar à fábrica e, mais tarde, à linha de produção.

A interconexão entre economia e o direito do trabalho vai se ampliando cada vez mais, na medida em que as leis trabalhistas, que buscam, mas nem sempre proporcionam, o aumento dos direitos dos trabalhadores, surgem para atenuar os efeitos de um capitalismo selvagem, que visa tão somente o crescimento dos lucros empresariais. Inspirando o Direito do Trabalho estão, dentre outras, as ideias inafastáveis de proteção do sujeito mais fraco na relação de trabalho, o princípio da razoabilidade, a necessidade de garantias legais e a existência dos contratos coletivos de trabalho.

Medidas positivas de ordem econômica podem dar uma grande contribuição para a melhoria da condição do trabalhador, como ocorreu no Brasil com a indexação automática dos salários — em princípio, prestigiada pela maioria dos sindicatos e que elevou a inflação corroendo o poder aquisitivo dos salários — e o Plano Real — que estabilizou a economia e elevou o poder aquisitivo dos salários mais do que qualquer lei trabalhista.

B — ASPECTOS POLÍTICOS. Dentre os aspectos políticos, o mais importante foi a transformação do Estado Liberal e da plena liberdade contratual em Estado Intervencionista. Naquele, o capitalista podia impor livremente, sem interferência do Estado, as suas condições ao trabalhador. Neste, o Estado intervém na ordem econômica e social, limitando a liberdade plena das partes da relação de trabalho. Formas de intervenção foram o corporativismo e o socialismo, caracterizando-se por uma presença fortemente autoritária do Estado, que transfere a ordem trabalhista para a esfera das relações de natureza pública, diversamente do neoliberalismo, que, embora restritivo da liberdade contratual, mantém as relações de trabalho no âmbito das relações de direito privado.

Surgem movimentos de protestos em outros temas de interesse social: o movimento norte-americano de *Occupy Wall Street*, o norte da África na luta para livrar-se das ditaduras políticas, bem como daqueles contra a corrupção de parcelas da sociedade, a inércia legislativa de alguns governos, a inversão de valores na ordem moral como a fragilidade do direito à vida, o utilitarismo e não o humanismo nas relações de trabalho etc.

C — ASPECTOS JURÍDICOS. As normas protetoras dos trabalhadores foram o resultado de lutas dos mesmos, organizados em seus sindicatos, tão logo o Estado passou a tolerar o movimento sindical. Surgem, assim, não só o direito à sindicalização, mas, também, o direito de contratação (que se desenvolveu em dois âmbitos: o coletivo, com as convenções coletivas de trabalho, e o individual, com a ideia do contrato de trabalho regido pelo princípio da função social do contrato), e o direito a uma legislação em condições de coibir os abusos do empregador e preservar o princípio da dignidade do homem no trabalho, ao contrário do que ocorreu anteriormente com o proletariado do período liberal, exposto a jornadas diárias excessivas, salários infames, exploração dos menores e mulheres e desproteção total diante de riscos sociais como a doença, o desemprego etc.

D — A IDEIA DE JUSTIÇA SOCIAL. Para essas modificações, contribuiu decisivamente a ideia de justiça social, cada vez mais difundida como reação contra a questão social. Dentre as fontes do pensamento que mais amplamente defenderam a ideia de justiça social, está a doutrina social da Igreja Católica, pelos seus documentos denominados *Encíclicas*, como a *Rerum Novarum* (1891), que iniciou uma linha desenvolvida até os nossos dias com a *Laborem Exercens* (1981) e os pronunciamentos internacionais como os da Organização Internacional do Trabalho — OIT.

Acrescente-se o papel desempenhado pelo marxismo, hoje transformado em defesa do socialismo, que pregou a união dos trabalhadores para a construção de uma ditadura do proletariado, supressiva do capital, com a passagem prévia pela apropriação, pelo Estado, dos bens de produção, visando a uma futura sociedade comunista, não confirmada pela história, mas atualmente capaz de reunir num mesmo país a política comunista embora bastante modificada com a economia de mercado (China).

3. Primeiras leis trabalhistas

A — FORMA E FINS. As primeiras leis trabalhistas, *quanto à forma*, foram *ordinárias* e, depois, *constitucionais*. *Quanto à finalidade*, visaram *proibir o trabalho* em determinadas condições, como o dos menores até certa idade, e o das mulheres em ambientes ou sob condições incompatíveis.

B — CONSTITUCIONALISMO SOCIAL. Dá-se o nome de *constitucionalismo social* ao movimento no sentido da inclusão de leis trabalhistas nas Constituições de alguns países.

C — CONSTITUIÇÃO DO MÉXICO (1917). A primeira Constituição do mundo que dispõe sobre direito do trabalho é a do México, de 1917, que no art. 123 disciplina a jornada diária de 8 horas, a jornada máxima noturna de 7 horas, a proibição do trabalho de menores de 12 anos, a limitação da jornada do menor de 16 anos a 6 horas, o descanso semanal, a proteção à maternidade, o direito ao salário mínimo, à igualdade salarial, à proteção contra acidentes no trabalho,

direito de sindicalização, de greve, de conciliação e arbitragem dos conflitos, de indenização de dispensa e de seguros sociais.

D — CONSTITUIÇÃO DA ALEMANHA (1919). A segunda Constituição foi a da Alemanha, a de Weimar (1919), que repercutiu na Europa, considerada a base das democracias sociais. Disciplina a participação dos trabalhadores nas empresas, a criação de um direito unitário do trabalho, a liberdade de coalizão dos trabalhadores para a defesa e melhoria das suas condições de trabalho, o direito a um sistema de seguros sociais, o direito de colaboração dos trabalhadores com os empregadores na fixação dos salários e demais condições de trabalho e a representação dos trabalhadores na empresa.

E — *CARTA DEL LAVORO* (1927). A *Carta del Lavoro* da Itália, de 1927, foi a base dos sistemas políticos corporativistas, não só da Itália, mas da Espanha, de Portugal e do Brasil, tendo como princípio a intervenção do Estado na ordem econômica, o controle do direito coletivo do trabalho e, em contrapartida, a concessão, por lei, de direitos aos trabalhadores. O lema da *Carta del Lavoro*, ao proclamar “tudo dentro do Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado”, é, por si, suficientemente expressivo para dar a ideia das concepções do corporativismo. Os sindicatos não tiveram autonomia, e a organização sindical, modelada pelo Estado, impediu a sua liberdade de organização e de ação. Se, de um lado, a forte presença estatal promoveu a tutela dos assalariados por meio de ampla legislação de fundo paternalista, por outro, com o dirigismo exercido sobre o movimento sindical, o Estado prejudicou o desenvolvimento sindical.

F — PRIMEIROS DESTINATÁRIOS DAS LEIS TRABALHISTAS. As primeiras leis trabalhistas na Europa foram motivadas pela necessidade de coibir os abusos perpetrados contra o proletariado e, mais diretamente, a exploração do trabalho dos menores e das mulheres. A falta de leis permitiu a utilização do trabalho de menores de 8, 7 e de até 6 anos de idade nas fábricas e jornadas de trabalho excessivas para as mulheres. Desse modo, surgiram leis sobre idade mínima para trabalho na indústria e duração diária do trabalho. Leis de previdência e assistência social também foram elaboradas, iniciando a área do direito social hoje denominada *seguridade* ou *segurança social*, abrangendo previdência e assistência social.

Dentre as leis ordinárias, destaque-se, na Inglaterra, a “Lei de Peel” (1802), de proteção aos menores nas fábricas, limitando a 12 horas a sua jornada diária de trabalho; na França, a lei proibindo o trabalho de menores de 8 anos (1814); na Alemanha, a lei proibindo o trabalho de menores de 9 anos (1939) e as leis sociais de Bismarck (1833); na Itália, as leis de proteção ao trabalho da mulher e do menor (1886).

Mais tarde, as leis trabalhistas não se restringiram a textos eventuais e específicos. Tornaram-se, em alguns países, códigos, inspirados no *Code du Travail* da França.

4. História contemporânea

O direito do trabalho consolidou-se como uma necessidade dos ordenamentos jurídicos em função das suas finalidades sociais, que o caracterizam como regulamentação jurídica das relações de trabalho que se desenvolvem nos meios econômicos de produção de bens e prestação de serviços.